

**"ESTAMOS HÁ 248 DIAS SEM REUNIÃO COM O CRUESP"
S.O.S. UNICAMP**

Acerca do Comunicado Cruesp de 11 de maio

O mais recente comunicado do CRUESP (de 11/05/95) demanda alguns comentários:

1 - O comunicado apresenta como "ganho real" dos nossos salários em março de 94 a diferença entre a variação da URV em Cruzeiros Reais e o IPC/Fipe do mês anterior, equivalente a cerca de 5%. Ora, a variação da URV em Cruzeiros Reais significou apenas uma correção monetária. O fato do IPC/Fipe variar menos que a URV só exemplifica a sistemática subestimação da inflação pelo IPC/Fipe, agravada em períodos de grande aceleração inflacionária pelo atraso nos repasses dos índices, como sempre denunciávamos.

Por outro lado, no mesmo parágrafo, o CRUESP menciona o fato de termos tido a conversão para a URV pelo pico dos quatro meses anteriores, e não pela média. Isto de fato ocorreu, mas representou um ganho de cerca de 0,5% apenas.

2 - Os aumentos de 8% em maio, de 8,92% em junho, 9,04% em setembro, 5% em outubro e 14,58% em novembro são apontados como ganhos reais concedidos pelo CRUESP.

Em primeiro lugar, tais aumentos de salários não são pro-

priamente ganhos reais na medida em que apenas compensam parcialmente a inflação em Real e, principalmente, a forte aceleração inflacionária do período pré-Real.

Em segundo lugar, estes aumentos não foram graciosamente concedidos pelo CRUESP, e sim frutos da nossa luta na campanha salarial de 94. Aliás, em nenhum momento o CRUESP se refere à data-base de maio de 94, nem à data-base de 95, nem ao Fórum das Seis, ou a qualquer das entidades representativas de professores e funcionários, nem ao fato sobejamente conhecido de que o seu célebre comunicado 09/94 objetivou encerrar a greve de maio/junho de 94.

3 - O CRUESP continua adotando o índice de 6,95% para a inflação de julho de 94. Nós continuamos a dizer que este índice representa a variação dos preços do início ao fim de julho de 94 segundo a Fipe, mas não é o índice tradicional desta instituição que, no caso, cobre o período entre os dias 16 de junho e 15 de julho, valendo 30,75%. De acordo com os próprios técnicos da Fipe, é este índice de 30,75% que deve ser usado para medir

ganhos ou perdas de poder aquisitivo desde antes de julho de 94 até depois desta data.

4 - O último comunicado do CRUESP reproduz um trecho do comunicado 9/94 acerca da política salarial para o segundo semestre de 94, porém não inclui outro trecho segundo o qual o comprometimento dos orçamentos das universidades com salários e encargos seria calculado "computando-se o fechamento do ICMS do mês informado pela Secretaria da Fazenda".

Consta do último comunicado que a liberação financeira do Estado para as universidades em dezembro foi de 83,8 milhões de Reais, que correspondem aproximadamente a 9% da primeira estimativa do ICMS (quota parte do Estado). Mas o valor do fechamento do ICMS foi de 1.065 milhões, donde o valor do repasse global foi de 95,9 milhões. Com isto a planilha fica desfalcada em 12,1 milhões de Reais. O comprometimento acumulado no semestre, ao invés dos 85,47% indicados na planilha do último comunicado, ou dos 85% prometidos no comunicado 9/94, é de apenas 82,5%.

Relato da reunião técnica de 11/5/95

Além da comissão técnica propriamente dita compareceram, pelo CRUESP, os vice-reitores e os chefes de gabinete das três universidades.

A ausência dos 12,1 milhões de reais da planilha do segundo semestre foi explicada pelo fato da planilha haver sido construída pelo critério de fluxo de caixa (em que cada parcela de repasse é computada no mês de recebimento da parcela), ao invés do critério de competência (em que todas as parcelas relativas a um dado mês são computadas naquele mês). Quando o Fórum das Seis lembrou a expressão "fechamento do mês", como consta no comunicado

9/94, ouviu dos técnicos a explicação de que o CRUESP havia se concentrado menos naquela expressão do que em outros pontos do comunicado.

Depois de alguma hesitação por parte dos técnicos do CRUESP, foi apresentada a planilha relativa ao primeiro semestre deste ano, na qual o CRUESP retornou ao critério de mês de competência. Com isto aqueles 12,1 bilhões não aparecem em nenhuma das planilhas.

O uso de planilhas com critérios distintos foi criticado pelo Fórum, o que motivou o agendamento de nova reunião (mais restrita quanto ao número de pessoas e estritamente técnica)

para segunda feira, 15/05, onde seriam definidas as planilhas, seguida de outra reunião técnica (digamos: reunião técnica ampliada), em princípio marcada para a próxima quarta feira, 17/05, podendo ser eventualmente antecipada para terça, onde seria dada continuidade à reunião daquele dia 11/05.

Apesar da ambigüidade das planilhas o Fórum pôde constatar que neste ano o comprometimento do orçamento das universidades com a folha salarial foi menor que nos anos anteriores, e portanto a disponibilidade de caixa é significativamente maior.

Assembléia Geral

***Dia 16 de Maio
3^a feira***

***Às 12:00 h
Na CB 15***

Pauta:

- 1. Campanha Salarial (Data-base);**
- 2. Reforma Constitucional;**
- 3. Proposta indicativa de Paralisação no dia 18 de maio
(Caso a proposta do Cruesp não seja satisfatória)**